



# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - CPSMLN



CONTRATO N.º 2025 0007 CPSMLN

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE - CPSMLN, E DO OUTRO LADO A EMPRESA EXPRESSO DISTRIBUIDORA EIRELI, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:

O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE - CPSMLN, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Napoleão Nunes Maia, N.º 1.359, José Simões, Limoeiro do Norte/CE - CEP: 62.930-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.328.683/0001-52, neste ato representado pela Secretária Executiva, a **SRA. FRANCISCA JEANE GONÇALVES LIMA**, portadora do CPF n.º 380.640.493-34 e RG n.º 96015050313, nomeado através da Resolução n.º 06 de 14 de agosto de 2023, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **EXPRESSO DISTRIBUIDORA EIRELI**, inscrita sob o CNPJ N.º 25.179.741/0001-02, com sede a Rua Francisca Bittencourt, n.º 44, Urucará, Maranguape/CE - CEP: 61.948-830, representada neste ato por **FELIPE LIMA SOARES**, diretor geral, portador do RG n.º 2009009147270 SSP/CE e CPF n.º 054.388.223-36, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º **PE-0114112024-CPSMLN**, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, supletivamente pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se este contrato no PREGÃO ELETRÔNICO N.º **PE-0114112024-CPSMLN** disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto N.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), da Lei n.º 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto n.º 8.538 de 6 de outubro de 2015, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar n.º 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal n.º 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei federal 14.133/21 E suas alterações posteriores., e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente contrato.

## CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente objeto, a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, HIGIENIZAÇÃO OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO, DR. JOÃO EDUARDO NETO E DA POLICLÍNICA DRA. JUDITE CHAVES SARAIVA, DE RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE - CPSMLN, conforme especificações técnicas e quantidades constantes no Termo de Referência deste Edital.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor Global dos **Lotes II e IV** de **R\$ 332.178,70 (trezentos e trinta e dois mil e cento e setenta e oito reais e setenta centavos)**, sujeito as incidências tributárias legais.

### LOTE II - DESCARTÁVEIS/UTENSÍLIOS DE COZINHA

ITEM	DESCRIÇÕES DOS PRODUTOS	UNID	QTE. CEO	QTE. POLI	QTE. TOTAL	V. UNIT	V. TOTAL
------	-------------------------	------	----------	-----------	------------	---------	----------





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



1	CANUDO FLEXÍVEL LISTRADO 21CM COM 100 UNIDADES.	PCT	50	0	50	R\$ 23,96	R\$ 1.198,00
2	COLHER PLASTICA DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO COM 50 UND	PCT	100	300	400	R\$ 8,62	R\$ 3.448,00
3	COPO PLASTICO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE 180ML PCT COM 100UND	PCT	1000	1000	2000	R\$ 6,13	R\$ 12.260,00
4	COPO PLASTICO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE 50ML PCT COM 100UND	PCT	250	1500	1750	R\$ 3,70	R\$ 6.475,00
5	GUARDANAPO 33X30 PCT COM 50 UND	PCT	50	150	200	R\$ 7,53	R\$ 1.506,00
6	PALHETA PLÁSTICA CRISTAL PEQUENA 9,5 CM PARA CAFEZINHO PCT COM 500 UNID	PCT	20	0	20	R\$ 9,85	R\$ 197,00
7	PALITO DE DENTE COM 100 UND	CXA	0	30	30	R\$ 3,28	R\$ 98,40
8	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE COM 100UND	PCT	0	5	5	R\$ 13,69	R\$ 68,45
9	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 4X20 (SACOLÉ). PACOTE COM 1000 UND	PCT	100	30	130	R\$ 20,53	R\$ 2.668,90
10	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 6X20 (SACOLÉ). PACOTE COM 100 UND	PCT	50	30	80	R\$ 30,11	R\$ 2.408,80
11	SACO PLÁSTICO PP LISO TRANSPARENTE, TAM.: 15L X 30AL CM	KG	1	5	6	R\$ 57,49	R\$ 344,94
12	SACO PLÁSTICO PP LISO TRANSPARENTE, TAM.: 20L X 40AL CM	KG	1	5	6	R\$ 72,54	R\$ 435,24
13	BORRIFADOR PROFISSIONAL 1LT PULVERIZADOR MANUAL MULTIUSO. GATILHO PROFISSIONAL E DIFERENCIADO COM REGULAGEM DE JATO. PLÁSTICO REFORÇADO DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL P/DIVERSAS APLICAÇÕES. CAPACIDADE 1000ML.	UND	20	50	70	R\$ 23,96	R\$ 1.677,20
14	BORRIFADOR PROFISSIONAL 500ML PULVERIZADOR MANUAL MULTIUSO. GATILHO PROFISSIONAL E DIFERENCIADO COM REGULAGEM DE JATO. PLÁSTICO REFORÇADO DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL P/DIVERSAS APLICAÇÕES. CAPACIDADE 1000ML.	UND	10	20	30	R\$ 14,37	R\$ 431,10
15	CAIXA DESCARTÁVEL DE BOLO DOBRADIÇA DE PLÁSTICO TRANSPARENTE NÚMERO CP08 CAIXA COM 100 UNID	CXA	50	0	50	R\$ 75,28	R\$ 3.764,00
16	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA BAIXA TRANSPARETE COM TAMPA E GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEM A TAMPA FIRMEMENTE 5L Comprimento x Largura x Altura: 30 cm x 18 cm x 12 cm	UND	10	5	15	R\$ 54,75	R\$ 821,25
17	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA COM TAMPA 7 LITROS, TAM15.5 cm x 29 cm x 19.5 cm NA COR BRANCA.	UND	15	0	15	R\$ 61,07	R\$ 916,05
18	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA BAIXA TRANSPARETE COM TAMPA E GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE	UND	10	5	15	R\$ 68,44	R\$ 1.026,60





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



	PRENDEM A TAMPA FIRMEAMENTE 11L TAM. 36.2CM x 25.2CM x 16.2CM						
19	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA BAIXA TRANSPARETE COM TAMPA E GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEM A TAMPA FIRMEAMENTE 16L TAM. 43CM x 28CM x 18CM	UND	5	5	10	R\$ 109,50	R\$ 1.095,00
20	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA BAIXA TRANSPARETE COM TAMPA E GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEM A TAMPA FIRMEAMENTE 25L TAM.59CM x 38CM x 17CM	UND	5	5	10	R\$ 131,02	R\$ 1.310,20
21	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA BAIXA TRANSPARETE COM TAMPA E GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEM A TAMPA FIRMEAMENTE 29 LITROS DIM.: 28 X 32,5 X 47 CM	UND	10	5	15	R\$ 136,89	R\$ 2.053,35
22	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA BAIXA TRANSPARETE COM TAMPA E GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEM A TAMPA FIRMEAMENTE 36L TAM. C x L x A: 48,7 x 33,6 x 33,1cm	UND	5	5	10	R\$ 136,89	R\$ 1.368,90
23	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA BAIXA TRANSPARETE COM TAMPA E GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEM A TAMPA FIRMEAMENTE 50L TAM. 50 cm x 38 cm x 32 cm	UND	10	3	13	R\$ 164,26	R\$ 2.135,38
24	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA BAIXA TRANSPARETE COM TAMPA E GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEM A TAMPA FIRMEAMENTE 60L, DIM.: 62 X 40 X 42 CM - TRANSPARENTEOU BRANCA	UND	15	3	18	R\$ 171,63	R\$ 3.089,34
25	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICA TRANSPARENTE COM TAMPA E 12 DIVISORIAS TAM: 21,5cm x 14,5cm (Espessura: 4cm).	UND	2	5	7	R\$ 63,17	R\$ 442,19
26	CAIXA TERMICA 5L COM ALÇA DIMENSÃO 166x203x264 (LxAxC em MM) COR: AZUL	UND	1	2	3	R\$ 68,44	R\$ 205,32
27	CAIXA TERMICA 15L COM ALÇA DIMENSÃO 37X25X36CM (LxAxC) (COR: AZUL)	UND	2	1	3	R\$ 136,89	R\$ 410,67
28	PANELA CACAROLA DE ALUMINIO Nº36 16,3L (TAM.: 16,5ALT. X 36LARG.)	UND	2	2	4	R\$ 82,13	R\$ 328,52
29	COLHER GRANDE PARA ARROZ EM ALUMINIO TAM.: 31 x 7 x 3,9CM	UND	2	2	4	R\$ 24,63	R\$ 98,52
30	CUSCUZEIRA DE ALUMINIO REFORÇADO COM ALÇA NA LATERAL E TAMPA Nº30 14L (30CM DIÂMETRO X 35,00 CM ALTURA X 1,200KG PESO	UND	1	1	2	R\$ 75,28	R\$ 150,56
31	COADOR DE CAFÉ CABO DE MADEIRA TAM: 11cm LARGURA 18CM COMPRIMENTO 100% ALGODÃO (COR BRANCO)	UND	0	3	3	R\$ 6,84	R\$ 20,52





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



32	FRIGIDEIRA PROFISSIONAL ALUMINIO ANTIADERENTE INTERNO, CABO DE PLASTICO REFORÇADO TAM.: 33LARG x 11ALT.	UND	2	2	4	R\$ 109,50	R\$ 438,00
33	GARRAFA TERMICA DE PRESSAO PARA CAFÉ INOX 1,8 L	UND	4	4	8	R\$ 219,02	R\$ 1.752,16
34	CAFETEIRA MODELO ITALIANA EM ALUMÍNIO CAPACIDADE 3 LITROS	UND	2	2	4	R\$ 221,12	R\$ 884,48
35	JARRA COM TAMPA PARA SUCO, VIDRO 2L	UND	2	3	5	R\$ 65,70	R\$ 328,50
36	FAQUEIRO JOGO DE TALHERES DE INOX COM 24 PEÇAS	JOGO	2	3	5	R\$ 93,08	R\$ 465,40
37	ESCORREDOR DE PRATOS, TALHERES E COPOS 51CM DE PLÁSTICO	UND	1	2	3	R\$ 82,13	R\$ 246,39
38	PENEIRA POLIESTER BRANCA 14CM	UND	2	2	4	R\$ 10,95	R\$ 43,80
39	TAÇA EM VIDRO PARA ÁGUA CAP.: 250ML	UND	10	20	30	R\$ 19,48	R\$ 584,40
40	PRATO FUNDO VIDRO INCOLOR 22CM	UND	12	10	22	R\$ 13,72	R\$ 301,84
41	XICARA PARA CHÁ, DE VIDRO, COM PIRES, TRANSPARENTE CAP.: 200ML	UND	20	20	40	R\$ 19,60	R\$ 784,00
42	GAVETEIRO PLASTICO BRANCO 3 GAVETAS TAM. 41 X 31.3 X 48.4 CM 227G COM RODINHAS	UND	1	1	2	R\$ 139,97	R\$ 279,94
43	PORTA COPO DE BOTÃO 50ML ( PARA COPO DESCARTAVEL ) COR: BRANCO	UND	1	3	4	R\$ 111,97	R\$ 447,88
44	PORTA COPO DE BOTÃO 180ML ( PARA COPO DESCARTAVEL ) COR: BRANCO	UND	3	3	6	R\$ 160,96	R\$ 965,76
45	POTE DE PLASTICO REDONDO COM TAMPA DE ROSCA CAP.: 1500ML	UND	2	2	4	R\$ 27,99	R\$ 111,96
46	POTE RETANGULAR DE PLÁSTICO, TRANSPARENTE, COM TAMPA, Dimensões: 30,4 X 16,9 X 11,1cm, Capacidade: 3,7L	UND	2	2	4	R\$ 39,19	R\$ 156,76
47	POTE RETANGULAR DE PLÁSTICO, TRANSPARENTE, COM TAMPA, Dimensão: 5x11x7,5cm, Capacidade: 250ml	UND	2	2	4	R\$ 21,00	R\$ 84,00
48	RELÓGIO DE PAREDE 26CM PLÁSTICO PRETO, MÁQUINA QUARTZ COMUM ESTILO TIC TAC, ALIMENTAÇÃO POR PILHAS AA	UND	3	2	5	R\$ 44,79	R\$ 223,95
49	FORMA PARA GELO EM PLÁSTICO 12 CUBOS	UND	0	5	5	R\$ 9,80	R\$ 49,00
50	BORRACHA DE VEDAÇÃO PARA CAFETEIRA ITALIANA 3L COR: PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 11,5 CM, DIÂMETRO INTERNO DE 10,0 CM, ALTURA DE 2,0 CM.	UND	4	5	9	R\$ 21,00	R\$ 189,00
51	ISQUEIRO	UND	20	5	25	R\$ 8,30	R\$ 207,50
<b>VALOR TOTAL DO LOTE II</b>							<b>R\$ 60.998,12</b>

## LOTE IV - EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÕES DOS PRODUTOS	UNID	QTE. CEO	QTE. POLI	QTE. TOTAL	V. UNIT	V. TOTAL
------	-------------------------	------	----------	-----------	------------	---------	----------





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



1	ALMOFADA PARA CARIMBO COM TINTA Nº2 (COR: PRETO)	UND	-	5	5	R\$ 11,20	R\$ 56,00
2	AMOEBA, GELATINA DE MÃO 110G CORES VARIADAS	POTE	0	1	1	R\$ 5,62	R\$ 5,62
3	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	UND	1	0	1	R\$ 5,06	R\$ 5,06
4	APONTADOR SIMPLES REDONDO	UND	2	5	7	R\$ 4,20	R\$ 29,40
5	BALÃO DE BORRACHA CORES VARIADAS Nº09 PCT COM 50 UNIDADE	PCT	10	10	20	R\$ 11,55	R\$ 231,00
6	BARBANTE DE SISAL GRANDE	ROLO	1	2	3	R\$ 7,50	R\$ 22,50
7	BASTAO DE COLA A BASE DE SILICONE	UND	20	50	70	R\$ 4,20	R\$ 294,00
8	BATERIA DE LITIO CR2032	UND	20	20	40	R\$ 3,04	R\$ 121,60
9	BATERIA DE LITIO LR44	UND	10	20	30	R\$ 9,32	R\$ 279,60
10	BATERIA ALCALINA 9V	UND	0	5	5	R\$ 9,12	R\$ 45,60
11	BORRACHA RETANGULAR BRANCA	UND	0	10	10	R\$ 1,71	R\$ 17,10
12	BORRACHA PONTEIRA BRANCA	UND	0	10	10	R\$ 1,12	R\$ 11,20
13	CADEADO TAM. 30MM	UND	4	10	14	R\$ 31,18	R\$ 436,52
14	CAIXA DE LAPIS DE COR 12 CORES	CXA	0	2	2	R\$ 8,40	R\$ 16,80
15	CALCULADORA ELETRONICA DE MESA COM 12 DIGITOS	UND	3	3	6	R\$ 7,01	R\$ 42,06
16	CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO COR: PRETO (TAM: VARIADOS (26X10MM) (38X14MM) (47X18MM) (58X22MM)	UND	10	10	20	R\$ 6,79	R\$ 135,80
17	CHAVEIRO ORGANIZADOR PLASTICO COM ETIQUETA, CORES DIVERSAS COM 50 UND	CXA	1	1	2	R\$ 5,57	R\$ 11,14
18	CLIP 2/0 COM 100 UND	CXA	150	200	350	R\$ 5,57	R\$ 1.949,50
19	CLIP 8/0 COM 50 UND	CXA	10	30	40	R\$ 6,28	R\$ 251,20
20	COLA BRANCA 90G	UND	12	3	15	R\$ 6,28	R\$ 94,20
21	COLA DE ISOPOR 90G	UND	12	3	15	R\$ 6,58	R\$ 98,70
22	COLA INSTANTÂNEA EMBALAGEM DE 20G VISCOSIDADE MEDIA ULTRA FORTE COM SECAGEM RÁPIDA	UND	60	5	65	R\$ 20,26	R\$ 1.316,90
23	CORRETIVO EM FITA 4MM X 12M	UND	10	5	15	R\$ 14,19	R\$ 212,85
24	ESTILETE TAM: 18mm	UND	5	10	15	R\$ 7,09	R\$ 106,35
25	EXTRATOR DE GRAMPO	UND	10	10	20	5,06	R\$ 101,20
26	GIZ DE CERA 12 CORES, FORMATO JUMBO, CONTENDO 112G	CXA	0	2	2	R\$ 5,27	R\$ 10,54
27	GRAMPEADOR PEQUENO 26/6 35 FOLHAS, COR: PRETO	UND	20	20	40	R\$ 40,53	R\$ 1.621,20
28	GRAMPEADOR GRANDE PARA 100 FOLHAS, COR: PRETO	UND	2	0	2	R\$ 119,57	R\$ 239,14
29	GRAMPEADOR MODELO ALICATE 26/6 45 FOLHAS	UND	2	0	2	R\$ 40,53	R\$ 81,06
30	LIVRO DE ATA COM 50 FOLHAS	UND	0	10	10	R\$ 18,23	R\$ 182,30





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



							Rubrica
31	LIVRO DE ATA COM 100 FOLHAS	UND	10	10	20	R\$ 26,34	R\$ 526,80
32	LIVRO DE ATA COM 200 FOLHAS	UND	0	10	10	R\$ 35,46	R\$ 354,60
33	LIVRO DE PROTOCOLO COM 100 FOLHAS	UND	5	30	35	R\$ 25,33	R\$ 886,55
34	MASSINHA DE MODELAR, KIT 12 CORES	CXA	0	2	2	R\$ 8,10	R\$ 16,20
35	PORTA CANETA, CLIPS E LEMBRETES COR: ACRILICO CRISTAL	UND	2	2	4	R\$ 30,40	R\$ 121,60
36	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS PARA 100 FOLHAS, COR: PRETO	UND	3	1	4	R\$ 324,27	R\$ 1.297,08
37	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS PARA 20 FOLHAS, COR: PRETO	UND	5	15	20	R\$ 35,46	R\$ 709,20
38	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE	UND	1	2	3	R\$ 76,00	R\$ 228,00
39	PORTA QUADRO TAM. 230MMX335X20MM HORIZONTAL	UND	20	30	50	R\$ 18,23	R\$ 911,50
40	PORTA QUADRO TAM. 240MMX315MMX20MM VERTICAL	UND	20	30	50	R\$ 7,09	R\$ 354,50
41	PORTA CRACHÁ IDENTIFICADOR COMPLETO, PLÁSTICO TRANSPARENTE HORIZONTAL COM CLIPS E ALÇA TAM: 70MM X 100MM	UND	3.000	1.500	4500	R\$ 8,12	R\$ 36.540,00
42	E.V.A COM GLITTER CORES VARIADAS TAM. 400CM X 600CM	FOLHA	30	50	80	R\$ 10,79	R\$ 863,20
43	E.V.A CORES VARIADAS TAM. 40CM X 90CM	FOLHA	30	50	80	R\$ 8,10	R\$ 648,00
44	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/6 - 23/6 COM 5000 UND	CXA	5	5	10	R\$ 10,13	R\$ 101,30
45	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 COM 5000 UND	CXA	20	30	50	18,23	R\$ 911,50
46	LACRE DE PLÁSTICO PARA CARRO DE EMERGÊNCIA CORES VARIADAS	UND	30	30	60	R\$ 1,52	R\$ 91,20
47	PILHA ALCALINA AA	UND	100	100	200	R\$ 7,60	R\$ 1.520,00
48	PILHA ALCALINA AAA	UND	100	700	800	R\$ 6,58	R\$ 5.264,00
49	PILHA ALCALINA A23 12V	UND	20	0	20	R\$ 31,18	R\$ 623,60
50	PILHA ALCALINA C	UND	5	5	10	R\$ 10,13	R\$ 101,30
51	PILHA ALCALINA D	UND	5	5	10	R\$ 9,62	R\$ 96,20
52	PILHA AAA PALITO RECARREGÁVEL 1000MAH - PILHA PRÉ-CARREGADA - CARTELA COM 4 PILHAS LACRADAS NO BLISTER - TENSÃO: 1.2V - TIPO: NI-MH - TAMANHO: AAA PALITO - CICLO DE USO: + DE 500 CICLOS	UND	0	24	24	R\$ 63,61	R\$ 1.526,64
53	REGUA TAM: 30cm	UND	10	10	20	R\$ 3,54	R\$ 70,80





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



54	REGUA TAM: 50cm	UND	5	5	10	R\$ 7,90	R\$ 79,00
55	TINTA GUACHE 12 CORES	CXA	0	2	2	R\$ 37,49	R\$ 74,98
56	TINTA ESPECIFICA PARA ALMOFADA DE CARIMBO AUTOMATICO E AUTO-ENTINTADO 40ML (COR PRETO)	UND	10	10	20	R\$ 9,12	R\$ 182,40
57	PLASTICO AUTO ADESIVO TRANSPARENTE TAM: 45CM x 25M (40 MICRA)	ROLO	2	10	12	R\$ 99,31	R\$ 1.191,72
58	TNT CORES VARIADAS	METRO	50	100	150	R\$ 3,85	R\$ 577,50
59	TESOURA INOX 21CM COR: PRETO	UND	5	10	15	R\$ 34,45	R\$ 516,75
60	ADESIVO CIRCULAR PARA CODIFICAÇÃO TAM: 12MM. PCT COM 210 ETIQUETA, CORES VARIADAS	PCT	30	200	230	R\$ 6,41	R\$ 1.474,30
61	BOBINA TERMICA AMARELA PARA PONTO ELETRÔNICO TAM.57M X 22M	UND	0	200	200	R\$ 3,04	R\$ 608,00
62	BOBINA PARA PONTO ELETRÔNICO TERMOBANK 55 OU TERMOSCRIPT KPR 55, COM DIÂMETRO EXTERNO DE 165MM OU MENOR, COMPRIMENTO MÁXIMO APROXIMADO: 360M, DIÂMETRO DO TUBETE DA BOBINA DE PAPEL:13MM, LARGURA DA BOBINA UTILIZADA DEVE SER 57MM. PAPÉIS RECOMENDADOS: PAPÉIS TÉRMICOS, DURABILIDADE: 7 ANOS, SENSIBILIDADE: ALTA SENSIBILIDADE DE IMAGEM, SUPERFÍCIE DE IMPRESSÃO: EXTERNA A BOBINA, GRAMATURA: 55 g/m <sup>2</sup> , MAIS OU MENOS 2,2, ESPESSURA 59µM, MAIS OU MENOS 5,5. CAIXA COM 6 UND.	CAIXA	6	0	6	R\$ 131,73	R\$ 790,38
63	ETIQUETAS ADESIVAS A4 TAM. 288,5MM X 200,0MM CAIXA COM 25 FOLHAS	CXA	5	20	25	R\$ 40,53	R\$ 1.013,25
64	ETIQUETAS ADESIVAS A4 TAM: 38,1mm x 99,0mm CAIXA COM 100 FOLHAS E 1400 ETIQUETA	CXA	10	20	30	R\$ 91,20	R\$ 2.736,00
65	ETIQUETA ADESIVA TAM.: 21,2mm x 38,2mm CAIXA COM 100 FOLHAS	CXA	10	0	10	R\$ 121,60	R\$ 1.216,00
66	ETIQUETA ADESIVA TAM.: 38,1mm x 63,5mm CAIXA COM 100 FOLHAS E 2100 ETIQUETA	CXA	10	0	10	R\$ 91,20	R\$ 912,00
67	ETIQUETA ADESIVA - COLA	ROLO	100	0	100	R\$ 65,86	R\$ 6.586,00





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



	ACRÍLICA 20G MATERIAL: PAPEL COUCHE DUPLO USO - COR: BRANCA MEDIDA: 50X50X2 (LARGURA X ALTURA) -C/ 1 VIA PARA DESTAQUE QUANTIDADE: 940 ETIQUETAS POR ROLO.FORNECIDA EM ROLOS - SEM IMPRESSÃO. INDICADO P/ IMPRESSORA ARGOX OS214, METROLOGIC MI5300, RABBIT PLUS, INTERMEC C4, OKI X400, ELTRON TLP2742, ZEBRA TLP2844, GK420T, GC420, ELGIN L42, BEMATECH LB1000 ENTRE OUTRAS						
68	FITA ADESIVA DUREX, TRANSPARENTE, TAM. 12MM x 30M	UND	5	20	25	R\$ 3,54	R\$ 88,50
69	FITA DE EMPACOTAMENTO TRANSPARENTE 3 M TAM. 45mm x 45m	UND	20	80	100	R\$ 9,12	R\$ 912,00
70	FITA ADESIVA DUPLA FACE 3M FIXA FORTE INCOLOR DE SILICONE TAM: 19mm x 20m	UND	10	10	20	R\$ 17,22	R\$ 344,40
71	FITA GOMADA 3M TAM. 38mm x 50mm	UND	10	10	20	R\$ 23,30	R\$ 466,00
72	FITA DE NYLON ROXA MOD. ERC 09 PARA UTILIZAÇÃO NA IMPRESSORA MATRICIAL MOD. DP-1012.	UND	50	0	50	R\$ 83,98	R\$ 4.199,00
73	FITA METRICA TAM: 1,5m	UND	0	2	2	R\$ 15,20	R\$ 30,40
74	FITA DE CETIM CORES VARIADAS Nº 1 TAM: 100m X 07mm	ROLO	4	4	8	R\$ 28,37	R\$ 226,96
75	CANETA ESFEROGRÁFICA COR AZUL COM 50 UND	CAIXA	5	10	15	R\$ 60,80	R\$ 912,00
76	CANETA ESFEROGRÁFICA COR PRETO COM 50 UND	CAIXA	2	2	4	R\$ 60,80	R\$ 243,20
77	CANETA ESFEROGRÁFICA COR VERMELHA COM 50 UND	CAIXA	2	2	4	R\$ 60,80	R\$ 243,20
78	CANETA MARCA TEXTO ( COR: AMARELO)	UND	50	100	150	R\$ 3,04	R\$ 456,00
79	CANETA MARCADOR CD, DVD E RETROPROJETOR PONTA DUPLA (COR AZUL E PRETO)	UND	40	200	240	R\$ 12,60	R\$ 3.024,00
80	VARETA PARA PASTA SUSPensa EMBALAGEM COM 200UND, HASTE EM PVC PRETO PARA COLOCAR EM PASTA SUSPensa, MIDIDAS PADRÃO 40/41CM	PCT	0	10	10	R\$ 277,13	R\$ 2.771,30
81	LAPIS PRETO Nº2 COM 72 UND	CAIXA	1	1	2	R\$ 87,14	R\$ 174,28
82	PINCEL PARA QUADRO BRANCO REGARREGÁVEL COMPACTOR (COR: PRETO)	UND	5	5	10	R\$ 10,64	R\$ 106,40





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



83	PINCEL PARA QUADRO BRANCO REGARREGÁVEL COMPACTOR (COR: AZUL)	UND	5	5	10	R\$ 10,64	R\$ 106,40
84	PINCEL ARTÍSTICO ACHATADO Nº24 - CERDAS SINTÉTICA COMPRIMENTO: 28,5CM LARGURA: 2,8CM ALTURA: 1,8CM PESO LÍQUIDO: 33,55G	UND	15	0	15	R\$ 19,25	R\$ 288,75
85	PRANCHETA A4 COM PRENDEDOR (PLÁSTICO CRISTAL)	UND	10	10	20	R\$ 25,33	R\$ 506,60
86	QUADRO BRANCO 60CMX100M	UND	2	0	2	R\$ 121,60	R\$ 243,20
87	SUPOORTE PARA FITA ADESIVA DIMENSÃO 8 X18 X10 CENTÍMETROS	UND	1	0	1	R\$ 38,50	R\$ 38,50
88	CARBONO 1 FACE TAM: A4 21 X 29,7CM (COR PRETO) COM 100 FOLHAS	CXA	3	5	8	R\$ 35,46	R\$ 283,68
89	PAPEL 60KG - BRANCO A4 COM 200 FOLHAS	RESMA	30	30	60	R\$ 45,60	R\$ 2.736,00
90	PAPEL 60KG - COLORIDO RESMA COM 200 FOLHAS CORES DIVERSAS	RESMA	30	0	30	R\$ 48,63	R\$ 1.458,90
91	BLOCO DE RECADO AUTOADESIVO COR AMARELO. PAPEL 75G TAM.:38X50 COM 100 FOLHAS. BLISTER COM 4 BLOCOS	PCT	10	10	20	R\$ 12,16	R\$ 243,20
92	PAPEL A4 210X297 75G/M2 BRANCO COM 500 FLS	RESMA	500	2000	2500	R\$ 36,30	R\$ 90.750,00
93	PAPEL CREPOM TAM.: 48X200CM (CORES VARIDAS)	UND	20	50	70	R\$ 2,83	R\$ 198,10
94	PAPEL CELOFANE TAM.: 80X80CM (CORES AMARELO, ROSA, AZUL E VERMELHO)	FOLHA	20	50	70	R\$ 1,82	R\$ 127,40
95	PASTA ARQUIVO MORTO PLÁSTICA TAM. 290 x 175 x 380mm	UND	200	1000	1200	R\$ 6,43	R\$ 7.716,00
96	PASTA A-Z LOMBO ESTREITO	UND	30	50	80	R\$ 25,83	R\$ 2.066,40
97	PASTA A-Z LOMBO LARGO	UND	30	100	130	R\$ 26,85	R\$ 3.490,50
98	PASTA A-Z MEIA FOLHA	UND	10	0	10	R\$ 22,29	R\$ 222,90
99	PASTA CARTÃO DUPLEX COM ABAS E ELÁSTICO 340X230MM	UND	20	0	20	R\$ 4,86	R\$ 97,20
100	PASTA PLÁSTICA COM ABA E ELÁSTICO OFÍCIO TAM.235MM X 335MM COR: CRISTAL	UND	50	50	100	R\$ 5,57	R\$ 557,00
101	PASTA PORTFOLIO COM 50 FOLHAS CAPA TRANSPARENTE	UND	10	3	13	R\$ 40,53	R\$ 526,89
102	PASTA PORTFOLIO COM 100 FOLHAS CAPA TRANSPARENTE	UND	10	3	13	R\$ 50,66	R\$ 658,58
103	PASTA SANFONADA A4 COM 12 DIVISORIA, CRISTAL	UND	20	3	23	R\$ 48,63	R\$ 1.118,49
104	PASTA SUSPENSIVA MARMORIZADA	UND	0	15.000	15000	R\$ 2,95	R\$ 44.250,00
105	PASTA PLÁSTICO COM GRAMPO	UND	20	50	70	R\$ 9,12	R\$ 638,40





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



	TRILHO TRANSPARENTE A4						
106	ENVELOPE TAM. 16 X 22,9CM (CORES VARIADAS)	UND	20	50	70	R\$ 0,55	R\$ 38,50
107	ENVELOPE (COR BRANCO) TAM. 22,9 X 32,4 CM COM 100 UND	CAIXA	200	5	205	R\$ 66,00	R\$ 13.530,00
108	ENVELOPE PARA CONVITE TAM. 16 X 11CM (CORES VARIADAS)	UND	0	30	30	R\$ 1,82	R\$ 54,60
109	GLILHOTINA PROFISSIONAL A4 PARA CORTE DE ATÉ 12 FOLHAS POSSUINDO MESA E RÉGUA MILIMETRADA. DIM.:500X2090X60mm	UND	1	1	2	R\$ 121,60	R\$ 243,20
110	RIBBON DE CERA PRETO   110MM X 74M (RIBON POSSUI ALTA VELOCIDADE DE IMPRESSÃO E BAIXA TEMPERATURA ALÉM DE BOA QUALIDADE E ÓTIMA RESISTÊNCIA À MANCHAS E ARRANHÕES. O RIBBON DE CERA PRETO DE 110MM X 74M É COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS ELGIN L42 PRO FULL ENTRE OUTRAS, TEM AINDA COMO BASE O COUCHÊ, TAG E GÔNDOLA. PODE SER USADO PARA IMPRESSÃO DE CÓD. DE BARRAS, CONTROLE DE CAIXA E MATERIAL DE PRODUÇÃO, PODE SER APLICADO EM PAPEL BRILHANTE, COM OU SEM REVESTIMENTO E PAPEIS LAMINADOS.)	UND	30	30	60	R\$ 28,37	R\$ 1.702,20
111	ETIQUETA TERMICA ADESIVA PAPEL COUCHE COR: BRANCO, 1 COLUNA. PARA IMPRESSORA ELGIN L42 PRO FULL, TAM: LAR; 100MM X ALT; 50MM (10X5 CM) MEDIDAS: ETIQUETA: 100 X 50MM ENTRE LINHAS: 2,36 MM LARGURA DO ROLO: 106 MM. DIÂMETRO INTERNO DO TUBETE: 1 POLEGADA. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 570 ETIQUETAS (30 METROS).	ROLO	0	30	30	R\$ 85,56	R\$ 2.566,80
112	CARREGADOR DE PILHA + 4 PILHAS AAA PALITO RECARREGÁVEL 1000MAH	UND	0	2	2	R\$ 74,83	R\$ 149,66
113	APARELHO APLICADOR DE FITA EMPACOTAMENTO ADESIVA, ALTURA: 23,5CM X LARGURA: 6,7CM X COMPRIMENTO: 16,5CM (COR: CINZA)	UND	0	2	2	R\$ 130,95	R\$ 261,90
114	SUPORTE ORGANIZADOR	UND	3	0	3	R\$ 121,60	364,80





# Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN



TRIPLO VERTICAL MULTIUSO PARA DOCUMENTOS, MODELO DE BANCADA							
<b>VALOR TOTAL DO LOTE II</b>							<b>R\$ 271.180,58</b>

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da  **Dotação Orçamentária**  n.ºs: 0101 10 302 0403  **2.002**  - Gerenciamento do CEO / 0101 10 302 0403  **2.003**  - Gerenciamento da Policlínica;  **Elemento de Despesa:**  3.3.90.30.00; Material de Consumo;  **Sub Elementos de Despesa:**  3.3.90.30.21 - Material de copa e cozinha/ 3.3.90.30.16 - Material de Expediente, consignado no Orçamento e remanejado para o exercício de 2025.

## CLÁUSULA QUINTA – DA ASSINATURA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1- O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-CPSMLN, assinará contrato com a(s) vencedora(s) desta licitação, no prazo máximo de  **05 (cinco) dias**  corridos, contados da data da convocação expedida por esse órgão, sob pena, de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.

5.2- O AGENTE DE CONTRATAÇÃO retornará as atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar as suas condições de habilitação, e assim sucessivamente.

5.3. O prazo terá vigência Até  **31 (trinta e um) de Dezembro de 2025**  a partir de sua assinatura, e os serviços deverão ser executados de acordo com a ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstas nos termos do Art.107, da Lei 14.133/2021.

5.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os contratos regidos conforme o art. 124, da Lei Federal 14.133/2021, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

II- por acordo entre as partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

c) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

6.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

6.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.





- 6.5. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 6.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.7. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.
- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º d Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 6.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.10. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 6.11. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 6.12. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no **caput** deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:
- I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
  - II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DO OBJETO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 7.1. Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei nº 14.133/21, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.
- 7.2. **DAS ORDENS DE COMPRAS:** Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicará os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-CPSMLN.
- 7.2.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.
- 7.2.2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento.
- a) Os produtos deverão ser entregues em no máximo de **10 (dez) dias** corridos para todos os lotes, nos locais a serem definidos pelo CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE-CPSMLN, que será à rua Napoleão Nunes Maia, S/N. José Simões, CEP: 62930-000, Limoeiro do Norte-CE, a partir da emissão da solicitação, conforme especificações do termo de referência.
- 7.2.3. O aceite dos produtos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.





7.2.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

7.2.5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-CPSMLN de Município de Limoeiro do Norte/CE.

7.2.5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-CPSMLN.

7.2.6. No caso de constatação da inadequação dos produtos fornecidos às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

7.3. Os produtos contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos serviços executados.

7.4.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6.1. Não produziu os resultados acordados;

7.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.7. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

7.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante a (transferência eletrônica) em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.9. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento (transferência eletrônica).

7.10. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.11. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.





7.12. Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

7.13. Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

8.1 Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do IPCA ou outro que houve por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

8.2. A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado ao licitante vencedor.

8.3. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. (art. 131, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021)

8.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Solicitar o recebimento do objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Compra/produtos.

9.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações

9.3. Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e sempre que possível indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.5. Atestar na nota fiscal/fatura a execução do objeto e o seu aceite;

9.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor resultante da entrega/prestação do produto/serviço, no prazo e condições pactuados neste Termo de Referência;

9.7. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência;

9.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções e penalidades regulamentares e contratuais, após o procedimento administrativo, garantidos o direito à prévia e ampla defesa e ao contraditório;

9.9. Indicar os locais onde serão entregues os serviços prestados os produtos, inclusive horário da realização da entrega dos produtos podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência para CONTRATADA.

9.10. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.11. Prestar as informações, esclarecimentos e documentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, visando ao fiel cumprimento execução do Contrato;

9.12. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

9.13. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

9.14. Indicar os locais onde serão entregues onde os serviços serão prestados.

9.15. Receber o objeto do contrato, através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com o art. 140, II, b, da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**





- 10.1. Entregar os produtos, objeto do Contrato de conformidade com as condições e estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 10.2. Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 10.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 10.5. Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.
- 10.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 10.9. Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.
- 10.10. Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
- 10.11. Assumir, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 10.12. Efetuar a entrega do objeto, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca dos produtos, procedência, qualidade e garantia.
- 10.13. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas efetuado pela CONTRATANTE;
- 10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.16. Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, normas técnicas, as leis e os regulamentos pertinentes.
- 10.17. O CONTRATADO efetuará o fornecimento do objeto ora licitado, de imediato ou de acordo com as necessidades das Administrativas do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-CPSMLN;
- 10.18. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 cumprir com as demais condições constantes na proposta apresentada na licitação;
- 10.19. Em caso de rejeição do produto fornecido o CONTRATADO, deverá substituí-lo no prazo de 06 (seis) horas; em casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados, a Administração poderá relevar atraso quanto aos prazos acima referidos.





10.20. O CONTRATADO efetuará o fornecimento do objeto ora licitado, de imediato ou de acordo com as necessidades do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - CPSMLN, conforme especificações do Anexo I, Termo de Referência.

10.21. Atender as normas técnicas da ABNT, INMETRO e apresentar laudos técnicos específicos, quando solicitados pelo fiscal do contrato, a fim de comprovar Características: de qualidade, resistência e durabilidade

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.5. Multa:

10.5.1. moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

10.5.2. 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação ou entrega seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços/entrega dos produtos, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias.

10.5.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso da inexecução total do contrato.

10.5.4. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133, de 2021)

10.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será







descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133, de 2021):

m) a natureza e a gravidade da infração cometida;

n) as peculiaridades do caso concreto;

o) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

p) os danos que dela provierem para o Contratante;

q) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei nº 14.133, de 2021 (art. 159).

10.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.15. (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA GARANTIA DE CONTRATO**

11.1. Não será exigido a garantia de contrato do objeto licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

12.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;





(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências

13.1. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

13.1.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021;

13.1.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;

13.1.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

13.1.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

13.1.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

13.2. As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 observarão as seguintes disposições:

13.2.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

13.2.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS MULTAS**

14.1. Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

14.2. Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de serviço, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.





14.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução do serviço, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

14.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

14.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

14.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

14.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei nº 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

15.2. Da Garantia Contratual

15.2.1. O adjudicatário, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, desde que cumpridas às obrigações contratuais, e, cláusulas no Termo de Referência.

15.3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIZAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

17.1. Conforme o Art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021

II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;





III-repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevisíveis desmobilizações e mobilizações e outras previstas

IV- atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

17.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 17.2. Observarão as seguintes disposições:

I- não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II- assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

17.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

17.5. A extinção do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I- devolução da garantia;

II- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III- pagamento do custo da desmobilização.

17.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências

I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III- execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

17.8.1. Na hipótese do inciso II do caput do item 17.3, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário(a) municipal competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**





18.1. **CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO:** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

18.1.1. Devolução da garantia (se for o caso);

18.1.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

18.1.3. Pagamento do custo da desmobilização.

18.2. **DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO:** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

18.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

18.2.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA NULIDADE CONTRATUAL**

19.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

19.2. Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato; 19.2.1. Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

19.3. Motivação social e ambiental do contrato;

19.4. Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

19.5. Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

19.6. Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

19.7. Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

19.8. Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

19.9. Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

19.10. Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

19.11. Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

19.12. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

19.13. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n.º 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

19.14. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

19.15. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

19.16. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

**Parágrafo único:** Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 06 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**





## Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - CPSMLN

20.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LIMOEIRO DO NORTE/CE, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato não passíveis de solução pela via administrativa, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E assim, por estarem justos e acordes, após lido e julgado conforme, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, perante 02 (duas) testemunhas idôneas que também o assinam, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Limoeiro do Norte/CE, 14 de Fevereiro de 2025.

Francisca Jeane Gonçalves Lima  
Secretaria Executiva

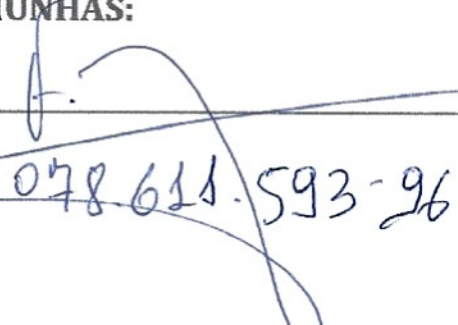
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE - CPSMLN


**CONTRATANTE**  
FELIPE LIMA Assinado de forma  
SOARES:054388223 digital por FELIPE LIMA  
36 SOARES:05438822336

Felipe Lima Soares  
Diretor Geral

**EXPRESSO DISTRIBUIDORA EIRELI  
CONTRATADA**

### TESTEMUNHAS:

01.   
Nome:  
CPF/MF 078.611.593-96

02.   
Nome:  
CPF/MF 059.424.673-31